

A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA MENTAL NA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

PEREIRA, Nubia Natalia Alves
Universidade Estadual de Goiás, Câmpus de Iporá
nubianatalia2011@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a inclusão do aluno com deficiência mental na disciplina de geografia. Analisando como os professores estão sendo preparados para lidar com a realidade desses alunos, da educação especial, no ensino básico, pois a inclusão precisa estabelecer princípios nos quais a igualdade esteja em evidência e desenvolver propostas para que haja a ampliação num todo. Através de um levantamento teórico espera fortalecer a discussão sobre o ensino de Geografia com o aluno com deficiência mental, abordando a importância das práticas pedagógicas na inclusão, propondo assim destacar todos os envolvidos nesse processo, visando o social, político e o econômico.

Palavras-chave: Deficiência mental. Ensino. Geografia.

INTRODUÇÃO

Segundo Mantoan (2006), a Inclusão escolar deve acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. Partindo desse pressuposto é de suma importância observar como a inclusão vem sendo trabalhada nas escolas da rede pública, propondo assim destacar todos os envolvidos nesse processo, visando o social, político e o econômico.

Nesse processo se faz necessário a reformulação das práticas educacionais para valorizar as diferentes potencialidades de aprendizagem dos alunos, dando oportunidade a todos. Em 1996/LDBN regulamenta a política de inclusão no ensino regular, nesta perspectiva foram elaboradas diretrizes que organizam os serviços de atendimento educacional especializado, garantindo, ao menos legalmente, o respeito às diferenças e o acesso à educação de todos.

Já no ano de 1999 a inclusão escolar conta com mais uma lei, na qual são lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais que fazem proposições acerca da educação escolar para alunos deficientes, definindo: “o que o aluno deve aprender; como; quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno” (PCN, 1999, p.81).

O presente trabalho tem como objetivo discutir o processo de inclusão do aluno com deficiência mental na disciplina de geografia. Analisando como os professores estão sendo preparados para lidar com a realidade desses alunos, público alvo da educação especial, no ensino básico.

A discussão se dará a partir de pesquisa bibliográfica embasada em leis e autores, Mantoan (2007), Figueiredo (2011), Fación (2005) e Stainback (1999), entre outros, sendo capaz de fornecer a base teórica sobre a inclusão. Contudo ao analisarmos os autores que tratam da inclusão é notório a exclusão que acaba existindo nas redes de ensino.

O Ensino de Geografia para Alunos com Deficiência Mental

Segundo Cavalcanti (1998), a história da Geografia como disciplina escolar teve início no século XIX, quando foi introduzida nas escolas com o objetivo de contribuir para a formação dos cidadãos a partir da difusão da ideologia do nacionalismo patriótico. Sendo assim:

[...] foi, indiscutivelmente, sua presença significativa nas escolas primárias e secundárias da Europa do século XIX que a institucionalizou como ciência, dado o caráter nacionalista de sua proposta pedagógica, em franca sintonia com os interesses políticos e econômicos dos vários Estados-nações. Em seu interior, havia premência de se situar cada cidadão como patriota, e o ensino de geografia contribuiu decisivamente nesse sentido, privilegiando a descrição do seu quadro natural. (CAVALCANTI, 1990, p. 45).

Segundo Batista e Mantoan, (2007, p.20) “a partir de 1996, a LDBEN classificou a educação especial como uma modalidade de ensino”. Foi com essa lei que o atendimento para os deficientes mentais foi assegurado. Começaram a ser atendidos

dentro do ambiente educacional, tendo no começo dificuldades na sua implantação. Com todas as transformações e mudanças que a educação inclusiva veio passando ao longo da história, devido implantações, declarações, leis e decretos percebe-se que:

No contexto do século XXI, a realidade acontece de uma forma até então nunca vivenciada na história da humanidade, pois ela se faz em um processo, cuja velocidade das mudanças se dá por meio de ebulições instantâneas e simultâneas, engendradas pelos avanços tecnológicos, principalmente. (ALMEIDA e SAMPAIO, 2009, p.4).

Sendo assim, faz-se necessárias adaptações no ensino de Geografia, pois os alunos com deficiência mental precisam de apoio para acompanhar os avanços que existem em nossa sociedade, por isso é importante sempre as escolas estarem preparadas pedagogicamente para atender essas mudanças que acontecem em nosso meio. Segundo Almeida e Sampaio:

Para que se faça cumprir com os objetivos da Educação, destacando-se o da democratização (educação para todos) é de fundamental importância refletir sobre o processo de formação do educador, em particular do (a) professor (a) de Geografia, buscando elementos que possam subsidiar na compreensão dos desafios (das necessárias mudanças a serem adotadas) e das perspectivas (em que se pode acreditar como contribuição) para atender efetivamente as necessidades /demandas de uma sociedade inclusiva (ou em vias de se tornar). (ALMEIDA e SAMPAIO, 2009, p.5).

O ensino de Geografia e os recursos didáticos têm sua importância ampliada, tal fato reflete na constante necessidade do uso de instrumentos facilitadores no ambiente escolar. Os educadores, na sua formação para atender a diversidade e corresponder com a proposta da inclusão, necessitam de uma formação continuada para atender a demanda educacional, social e cultural, sendo, portanto, capacitados para desenvolver práticas visando às diferenças encontradas dentro da sala de aula.

As práticas pedagógicas dos professores de alunos com deficiência mental

Sabe-se que se deve refletir sobre as metodologias utilizadas em sala de aula pelo professor, perfazendo uma relação de como os conteúdos estão sendo transmitidos aos alunos se torna fundamental na vida profissional do educador. As metodologias utilizadas devem propiciar a inserção do aluno no contexto social por meio da interação

entre professor e aluno, tornando o ensino de Geografia mais significativo e ligando-o com os pensamentos e inovações do mundo moderno em que os alunos convivem. Quando se fala em inclusão em pleno século XXI no ensino de Geografia, ainda, causa espanto, principalmente ao trabalhar com aluno deficiente, e em consequência desse fator, torna-se um dos grandes desafios das práticas pedagógica dos professores para atender à diversidade.

Percebe-se que a culpa não é só do professor, há também um grande desinteresse dos governantes e, às vezes, da própria escola que acaba excluindo ao invés de incluir, pois muitas unidades de ensino se encontram carentes em aceitar pessoas com deficiência por serem ditos como diferentes. O docente na formação inicial, bem como na sua formação continuada deve estar preparado para atuar visando à diversidade, ou seja, levando em conta alguns princípios como éticos, políticos e filosóficos para que o mesmo possa estar consciente dos desafios de se forma uma nova geração. Figueiredo afirma que:

Nessa perspectiva de ensino, o professor situa-se como mediador, considerando aspectos como; atenção às diferenças dos alunos; variação de papéis que o professor assume diferentes situações de aprendizagem; organização dos alunos de forma que possibilite interações em diferentes níveis, de acordo com os propósitos educativos (grupo-classe, grupos pequenos, grupos maiores, grupos fixos). (FIGUEIREDO, 2011, p.142).

A formação do professor é decorrente das mudanças da relação com a sociedade e dos avanços da educação dentro do ambiente escolar, pois os próprios indivíduos inseridos nesse processo precisam ter diálogo aberto para que todos possam ser atendidos, observando sempre os problemas para definir estratégias que possam acompanhar tais transformações.

Enfim, a escola para se tornar inclusiva deve levar em conta três aspectos muito importantes, o desenvolvimento de uma cultura inclusiva, mudanças na política e consequentemente, nas práticas pedagógicas. As escolas se esquecem das práticas que devem ser aplicadas para atender as crianças diante das suas dificuldades, vinculados por falta de qualificação da mesma. De acordo com Figueiredo:

A dimensão da cultura inclusiva traz a possibilidade de se criar na escola uma

comunidade acolhedora e colaborada, em que todos sejam respeitados e valorizados. A comunidade inclusiva é a base para que todos sejam respeitados e valorizados. A comunidade inclusiva é a base para que todos os alunos obtenham êxito em suas aprendizagens. A dimensão das práticas educativas reflete as duas já apresentadas: a política e a cultural. Este aspecto assegura que todas as atividades, tanto as de sala de aula como as extraescolares, promovam a participação e o engajamento de todos os alunos, considerando seus conhecimentos e suas vivências dentro ou fora do âmbito escolar (FIGUEIREDO, 2011, p.143).

As dimensões de práticas envolvendo a educação baseado na política e na cultura é de suma importância no contexto escolar, pois a educação inclusiva precisa de apoio e amparo, para que todos sejam inseridos na mesma. A política visando o poder que a mesma tem sobre a sociedade pode e deve contribuir para que haja igualdade. Envolvendo a cultura nessas mesmas práticas, percebe-se o quanto é importante a bagagem de todos dentro da sala de aula, o professor não pode desconsiderar o conhecimento e as vivências de cada um, sendo deficiente ou não.

Atualmente o ensino se torna cada vez mais cheio de informações e mais complexo. A exclusão é gerada pela incapacidade de desenvolver determinada atividade dentro e fora do ambiente escolar, por isso cabe à instituição de ensino fazer um recorte limitado e selecionado para que o aluno com deficiência consiga perceber o conteúdo como algo palpável ao seu redor e não distante da sua realidade.

O professor de apoio precisa ter clareza dos objetivos que pretende alcançar, não perdendo o foco que é o de incluir o aluno. Por essa razão, é vital perceber as situações de aprendizagem visando e aproveitando o conteúdo que o aluno traz de suas experiências de vida.

A deficiência mental desafia a escola comum no seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a aprender o conteúdo curricular, construindo o conhecimento. O aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola preconiza (BATISTA e MANTOAN, 2007, p.16).

Identificando essa necessidade é muito importante que o educador tenha em mente a reflexão de dois conceitos: a diversidade e a diferença, para que sua atuação diante de qualquer tipo de deficiência não possa ser confundida, pois ambas têm significados diferentes sendo que a diversidade é tão natural quanto à própria vida. Essa diversidade é formada pelo conjunto de singularidades, mas também pelas semelhanças

que unem o tecido das relações sociais. Entretanto, parece que, na tentativa de garantir a promoção de igualdade, a escola está confundindo diferenças com desigualdades.

Os desafios são grandes porque para alcançar essas atitudes e habilidades, é necessário o trabalho em equipe e o desenvolvimento de todo corpo docente para obter melhores resultados. Visando os desafios e as perspectivas que se tem da inclusão escolar podemos perceber que a escola é um processo contínuo partindo de uma realidade histórica, é preciso que seja entendida socialmente em dimensões espacial temporal, entretanto, por meio da prática pessoal. Sendo assim:

A escola inclusiva, que se preocupa em oferecer condições para que todos possam aprender, é aquela que busca construir no coletivo uma pedagogia que atenda todos os alunos e que compreenda a diversidade humana como um fator impulsionador de novas formas de organizar o ensino e compreender como se constroem as aprendizagens. (SARTORETTO, 2011, p.78).

Quando falamos de desafios, logo percebemos que eles são muitos dentro da sala de aula, pois a inclusão escolar deve ter seu verdadeiro sentido para toda unidade escolar. Nos dias atuais, ainda, existe descaso por parte do governo, do estado e das próprias escolas. Por isso de acordo com Santos (2011) é importante rever os projetos políticos pedagógicos e também as práticas de ensino, como:

- Trabalho com as diferenças em sala de aula, no contexto da diversidade cultural: ações que desenvolvam o trabalho com as diferenças e os variados ritmos de aprendizagem, com alunos deficientes ou não.
- Articulação teoria e prática: organização de grupos de estudos contínuos para planejamento troca de experiência e monitoramento do processo.
- Trabalho transdisciplinar, como forma de leitura e compreensão da realidade, com a contribuição das diferentes áreas e a escolha de temas culturais desdobrados em roteiros semanais e diários de trabalho do professor com os alunos.
- Transformação das dinâmicas e das metodologias utilizadas em sala de aula: organização dos tempos e espaços com características individuais, em dupla em pequeno grupo e em grande grupo, viabilizando a ocorrência não apenas de ensino, mas de aprendizagens que ocorrem nas interações professor e alunos.
- Reorganização do tempo e espaço de forma flexível. O projeto escolar pressupõe flexibilidade de horários (aulas geminadas, aulas curtas etc).
- Investimentos na infraestrutura material: transporte, merenda e equipamentos escolares e pedagógicos, como suporte necessário a todas as atividades em andamento.

- Revisão do processo de avaliação e de seus resultados: adequação e coerência em relação ao regime de progressão continuada, organizada em ciclos, quanto aos ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento humano. Cada escola deve sistematizar instrumentos de avaliação compatíveis com a flexibilidade e diversidade.
- Formação em serviço: a aprendizagem permanente não para e o desafio de uma educação de qualidade está sempre presente, para que os estudos contínuos aconteçam sempre. (SANTOS, 2011, p.148).

Ao considerarmos as questões relacionadas à inclusão a partir da análise observada por Mantoan (2006) e vários outros autores entre eles, Fación (2005) e Stainback (1999), os quais são estudiosos que tratam das políticas de inclusão podemos perceber que vivenciamos uma situação de puro descaso e distorção da realidade. A sociedade brasileira assim como os grupos sociais está quase sempre ou completamente desvinculada do que vem a ser inclusão, e com isso acabam sustentando a exclusão, que acaba ocorrendo dentro de ambientes que deveriam incluir e não excluir, muitas vezes parte do princípio que os profissionais que atuam nesses espaços não estejam preparados para trabalhar junto aos alunos com necessidade especiais.

Assim, pode-se observar que o processo de ensino aprendizagem para alunos com deficiência mental é lento e cabe ao professor de apoio e regente pensar práticas didáticas para que o mesmo possa adquirir conhecimento. Com efeito, o ensino deve ser construído em conjunto entre o educador e o educando, pois a aprendizagem é valorizada por meio das experiências vivenciadas pelos alunos a partir do momento que a escola começa a enxergar a geografia como objeto de estudo.

Segundo Machado (2011, p. 72) “na perspectiva inclusiva e de uma escola de qualidade, os professores não podem duvidar das possibilidades de aprendizagem dos alunos, tampouco, prever quando esses irão aprender”. O profissional da educação, em sala de aula, precisa estar atento para o fato de que sujeito e objeto de conhecimento se constroem simultaneamente. Esta relação, porém, ganha uma conotação ainda difícil de ser alimentada quando o assunto é trabalhar, simultaneamente, com alunos e alunas ditos “normais” e alunos com algum tipo de deficiência em sala de aula.

Talvez, para muitos professores o objetivo da Geografia seja a própria gênese da palavra: Geo – Terra e grafia – a sua própria descrição, ou seja, estudar a terra, a partir

de estereótipos, de conteúdos vinculados a livros ultrapassados, de uma realidade que já tenha mudado, levando o aluno a ter uma própria ilusão de mundo.

A Geografia não pode ser vista como uma forma de estudar só a terra, pois a mesma está presente em nossa realidade estudando as relações, enfim o nosso meio cabe ao professor passar ao aluno com deficiência mental que ele faz parte de um espaço e de uma sociedade. Assim os educadores devem repensar suas práticas pedagógicas, para utilizar outros instrumentos didáticos que não seja só o livro. Pois o livro didático para alunos com deficiência mental deve ser usado como um demonstrativo de informações e não como ideais prontas e inacabadas, porque só com o livro didático o mesmo não irá aprender. Conforme cita Mantoan:

O uso de habilidades intelectuais alternativas decorre do desenvolvimento da eficiência cognitiva das pessoas com deficiência mental. Os procedimentos utilizados para estimular essa eficiência têm por base a teoria da modificabilidade estrutural de Feuerstein (1979 apud MANTOAN, 1998), que empregou essa expressão para designar a modificação permanente que se opera no indivíduo quando este participa de experiências de aprendizagem mediatizada. Esta traduz-se por um modo diferente de apreender a realidade, de estruturá-la e de interagir nela, que é de grande valia para que as pessoas com deficiência mental possam desempenhar papéis sociais, integrando-se, na medida de suas possibilidades, ao meio em que vivem”.(MANTOAN, 2007. p.18).

Contudo, é relevante que o material didático seja preparado para lidar com esse aluno na sala de aula, uma vez que assim poderá observar e interpretar, bem como ter uma visão crítica. A Geografia tem como subsídio formar cidadão, no entanto cabe a escola contribuir para que o aluno possa realmente interagir com o meio em que ele vive. Assim sendo, as aulas campo faz com que os aprendizes tenham contato com a prática utilizando das várias linguagens tecnológicas e recursos pedagógicos como: projetor de slides, laboratório de informática, mapas, globo, TV, vídeo ou DVD, construção de maquetes e cartogramas para compreensão de conceitos relativos à cartografia e a representação, proporcionando aulas mais dinâmicas e atrativas, criativas utilizando uma metodologia mais lúdica. Por fim, a leitura do espaço por meio da Geografia escolar pode ser um dos instrumentos da sistematização do ensino aprendizagem de qualidade para a formação da vida cidadã tanto dos educados ditos normais quanto para àqueles que possuem deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização deste trabalho espera-se, contribuir com a discussão sobre a inclusão dos alunos com deficiência mental nas redes regulares de ensino.

Levantando autores que possam servir de base para futuras discussões a respeito deste tema, que tem uma importância social, pois a unidade de ensino precisa estabelecer princípios nos quais a igualdade esteja em evidência e desenvolver propostas para que haja ação num todo, pois o objetivo da inclusão não é o de esquecer as diferenças individuais entre elas. Por tal motivo cabe às escolas da rede pública repensar conceitos e metodologias para propiciar equidade quanto à problematização ora evidenciada.

Assim, espera-se fortalecer esta discussão e contribuir para que as unidades de ensino não excluam e sim incluam a todos igualmente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Diones Carlos de Souza; SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo. **Artigo: Ensino de Geografia, Sob a Ótica da Inclusão Social, no Início do Século XXI.** Disponível em: <[http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20\(32\).Pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20(32).Pdf)> Acesso em 28/06/2014.

BATISTA, Cristina Abranches Mota e MANTOAN Maria Teresa Egler. A deficiência mental. In: Gomes, A.L.L. **Deficiência mental.** [et al].- São Paulo: MEC/SEESP, 2007. 82p. -(Atendimento Educacional Especializado).

CAVALCANTI, Ana Maria Leite. **A inclusão do aluno com Deficiência Mental no Ensino Médio: Um estudo de Caso.** 2007. 154f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós- Graduação em Educação, Natal/ RN, 2007. Acesso em: <http://bdtd.bczm.ufrn.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1529> Acesso em: 26/05/2014



ISSN: 2238-8451

FACION, José Raimundo, et al. **Inclusão Escolar e suas Implicações no Ambiente Escolar**. (Org.). Carmem Lúcia Guimarães de Mattos... [et al]. 20^a ed. Curitiba: IBPEX, 2005. Ed.

FIGUEIREDO, R. V. de. A formação de professores para inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: MANTOAN, M.T.E. **O desafio das diferenças nas escolas**. 4.ed. Petrópolis. Vozes, 2011.

FÁVERO, Eugênio Augusta Gonzaga, 1969-**Aspectos legais e orientação pedagógica**/ Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, Luisa de Marillac P. Pantoja, Maria Teresa Mantoan. - São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MACHADO, R. Educação inclusiva: Revisar e refazer a cultura escolar. In: MANTOAN, M.T.E. **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis. Vozes, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér.**Todas as crianças são bem-vindas à escola**. Disponível em: <<http://www.pro-inclusao.org.br/textos.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. **Inclusão escolar**. 2 ed. (Cotidiano escolar: ação docente). São Paulo: Moderna, 2006.

_____. **O desafio das diferenças nas escolas**, (organizadora). 4. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes,2011.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 22/06/2014.

SARTORETTO, M.L. Inclusão: Da concepção à ação. In: MANTOAN, M.T.E. **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis. Vozes, 2011.